

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**



Maj Art **DÊIVID** NETO DE OLIVEIRA

**LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DO GOVERNO
CASTELLO BRANCO: UMA ANÁLISE DE 1960 A 1967**



Rio de Janeiro

2018

Maj Art **DÊIVID** NETO DE OLIVEIRA

LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DO GOVERNO CASTELLO BRANCO: UMA ANÁLISE DE 1960 A 1967

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: TC Inf **Marcelo Bastos** de Souza

Rio de Janeiro
2018

O48I

Oliveira, Dêivid Neto de

Legalidade e legitimidade do governo Castello Branco: uma análise de 1960 a 1967 / Dêivid Neto de Oliveira. □ 2018.
49 f. : il. ; 30 cm

Orientação: Marcelo Bastos de Souza
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). - Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2018.
Bibliografia: f. 46-49.

1. LEGALIDADE. 2. LEGITIMIDADE. 3. MANIFESTAÇÃO. 4.
APOIO I. Título.

CDD 981.061

Maj Art **DÊIVID** NETO DE OLIVEIRA

LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DO GOVERNO CASTELLO BRANCO: UMA ANÁLISE DE 1960 A 1967

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em de de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

Marcelo Bastos de Souza – Ten Cel - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Jauro Francisco da Silva – Ten Cel - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Luiz Cláudio Ferreira de Araújo – Ten Cel - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha família. Uma homenagem pela
compreensão demonstrada durante a
realização deste trabalho.

AGRADECIMENTO

Ao Tenente-Coronel Marcelo Bastos de Souza, pela orientação meticulosa e segura durante a realização deste trabalho. Sua dedicação e disponibilidade foram de capital importância para a conclusão desta pesquisa.

RESUMO

A primeira metade dos anos 1960 foi um período de grandes movimentações políticas que culminou com a ascensão dos militares ao poder em 1964 e com Castello Branco presidindo o Brasil de 1964 a 1967. Este trabalho baseou-se nos conceitos de legitimidade e legalidade adotados por Max Weber (1963) e Bonavides (2001), respectivamente. Legalidade é um juízo de valor jurídico que indica se é ou não contrário às leis, seja expressamente ou implicitamente. Legitimidade é, em [ciência política](#), um termo que define a qualidade de um governo ser conforme um [mandato](#) ético-legal. O Ato Institucional Nr1 promulgado em 1964 foi a primeira manifestação da legalidade ocorrida no governo de Castello Branco, já que ocorreu dentro das normas legais em vigor à época, preceito primordial da legalidade, segundo Weber. A segunda manifestação de legalidade foi a eleição de Castello Branco, que seguindo o que previa o artigo 79 da Constituição de 1946, foi eleito de forma indireta pelo Congresso Nacional, dada a vacância do Presidente e do Vice-presidente da República. A terceira manifestação da legalidade foi a ampliação do seu mandato para mais 14 meses pelo Congresso Nacional. A quarta manifestação de legalidade ocorreu com o AI-2, pois o mesmo encontrava-se dentro do rol de poderes do presidente, previstos em lei. A quinta manifestação de legalidade se deu com o AI-3, seguindo o previsto em lei e amparado pelo Supremo Tribunal Federal. A sexta manifestação da legalidade do governo de Castello Branco foi o AI-4, que também seguiu os preceitos legais que vigoravam à época. A legitimidade do governo de Castello Branco foi materializada pelo apoio de empresas tais como as ligadas à FIESP que queriam levar adiante o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). O apoio de políticos de renome como o senador Juscelino Kubitschek e o governador da Guanabara Carlos Lacerda, o apoio de setores da imprensa tais como o Jornal do Brasil e O Globo, a adesão das mulheres que realizaram manifestações pelas ruas de São Paulo e a aceitação de outras instituições como o Movimento Sindical Democrático (MSD) caracterizaram a legitimidade de seu governo.

Palavras-chave: legalidade, legitimidade, manifestação e apoio.

RESEÑA

La primera mitad de los años 1960 fue un período de grandes movimientos políticos que culminó con el ascenso de los militares al poder en 1964 y con Castello Branco presidiendo Brasil de 1964 hasta 1967. Este trabajo se basó en los conceptos de legitimidad y legalidad adoptados por Max Weber (1963) y Bonavides (2001), respectivamente. La legalidad es un juicio de valor jurídico que indica si es o no contrario a las leyes, ya sea expresamente o implícitamente. La legitimidad es, en ciencia política, un término que define la calidad de un gobierno ser conforme a un mandato ético-legal. El acto institucional Nr1 ocurrido en 1964 fue la primera manifestación de la legalidad en el gobierno de Castello Branco, ya que ocurrió dentro de las normas legales vigentes en la época, precepto primordial de la legalidad, según Weber. La segunda manifestación de legalidad fue la elección de Castello Branco, que siguiendo lo que preveía el artículo 79 de la Constitución de 1946, fue elegido de forma indirecta por el Congreso Nacional, dada la vacante del Presidente y del Vice presidente de la República. La tercera manifestación de la legalidad fue la ampliación de su mandato para otros 14 meses por el Congreso Nacional. La cuarta manifestación de legalidad ocurrió con el AI-2, pues el mismo se encontraba dentro del rol de poderes del presidente, previstos en ley. La quinta manifestación de legalidad se dio con el AI-3, siguiendo lo previsto en ley y amparado por el Supremo Tribunal Federal. La sexta manifestación de la legalidad del gobierno de Castello Branco fue el AI-4, que también siguió los preceptos legales que vigoraban en la época. La legitimidad del gobierno de Castello Branco fue materializada por el apoyo de empresas tales como las vinculadas a la FIESP que querían llevar adelante el Plan de Acción Económica del Gobierno (PAEG). La colaboración de políticos de renombre como el senador Juscelino Kubitschek y el gobernador de Guanabara Carlos Lacerda, la simpatía de la prensa tales como el Jornal de Brasil y O Globo, el apoyo de las mujeres que realizaron manifestaciones por las calles de São Paulo y la colaboración el apoyo de otras instituciones como el Movimiento Sindical Democrático (MSD) caracterizaron la legitimidad de su gobierno.

Palabras clave: legalidad, legitimidad, manifestación y apoyo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. METODOLOGIA	14
3. REFERENCIAL TEÓRICO	17
4. CONTEXTO HISTÓRICO	19
4.1 ELEIÇÕES DE 1960.....	19
4.2 RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS.....	19
4.3 PARLAMENTARISMO.....	20
4.4 O PRESIDENCIALISMO DE JOÃO GOULART.....	20
4.5 POLITIZAÇÃO DOS MILITARES.....	21
4.6 PLANO REVOLUCIONÁRIO DE JOÃO GOULART.....	22
4.7 O COMÍCIO DE 13 DE MARÇO DE 1964.....	23
4.8 SITUAÇÃO DO GOVERNO GOULART.....	24
4.9 AS LIGAS CAMPONESAS DE FRANCISCO JULIÃO.....	25
4.10 ÚLTIMOS MOMENTOS DO GOVERNO GOULART.....	25
5. MANIFESTAÇÃO DA LEGALIDADE	28
6. MANIFESTAÇÃO DA LEGITIMIDADE	34
6.1 APOIO DOS EMPRESÁRIOS.....	34
6.2 APOIO DE POLÍTICOS.....	35
6.3 APOIO DA IMPRENSA.....	36
6.4 APOIO DE OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	37
6.5 APOIO DAS MULHERES.....	38
7. CONCLUSÃO	40

REFERÊNCIAS.....43

1 INTRODUÇÃO

O período compreendido entre 1964 e 1985 caracterizou-se por meio do exercício do poder político pelos militares, na seguinte sequência cronológica: 1964 a 1967: Castello Branco; 1967 a 1969: Costa e Silva; 1969 a 1970: Junta Governativa; 1970 a 1974: Emílio Médici; 1974 a 1979: Ernesto Geisel; 1979 a 1985: João Figueiredo, que entregou o poder ao civil José Sarney, encerrando o referido período. No cenário político brasileiro, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) passou para a ilegalidade após a primeira tentativa de tomada do poder em 1935, no movimento conhecido como Intentona Comunista. Em 1943, o PCB conseguiu sua legalização aproveitando-se da 2ª Guerra Mundial e apoiando o presidente Getúlio Dornelles Vargas na luta contra o nazismo. Em 1957, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do PCB com base na Constituição de 1946, por entender que o partido tinha ideais antidemocráticos. Segundo Mir (1994), o PCB pregava a tomada do poder pela força e criou o Exército de Libertação Nacional. Integrantes do PCB foram receber treinamento na China no final dos anos 1950; ao retornarem, romperam com o PCB e fundaram o PC do B (Partido Comunista do Brasil).

Durante os governos militares, o Brasil estava inserido no contexto mundial de Guerra Fria, iniciada após 1945 (fim da 2ª Guerra Mundial). De um lado, estava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), comunista, e, de outro, os Estados Unidos da América (EUA), capitalista. Ambos executavam ações para aumentar sua área de influência no planeta. A URSS já havia conseguido implantar o comunismo na América Central, financiando a Revolução Cubana em 1959, e acreditava-se que o Brasil seria o próximo alvo. Por outro lado, os EUA se esforçavam para garantir sua hegemonia nas Américas. Essa disputa ideológica teve reflexos no Brasil, que optou pela aproximação com os norte-americanos (ALBUQUERQUE, 2011).

A Revolução Cubana iniciada em 1959 contribuiu para difundir o comunismo na América do Sul, por meio da exportação da ideologia, refletindo diretamente nas Forças Armadas. Os militares, membros das únicas instituições capazes de fazer frente à onda comunista, fortaleceram a convicção da necessidade de reformas que imunizassem o Brasil contra tal ideologia, sobretudo quando começou a se infiltrar no âmbito militar. A caserna não pôde ficar de braços cruzados diante do clamor popular, pois representava os anseios da sociedade e defendia a democracia.

No início dos anos 1960, o Brasil passava por um grande crescimento populacional (taxa de 2,9% a.a.) e alto índice de urbanização (MENDONÇA, 2005). Além disso, o país enfrentava um declínio da capacidade econômica, caracterizado pela redução do Produto Nacional Bruto *per capita* e pelo aumento dos gastos governamentais, elevando a inflação. Esse cenário reunia as condições ideais para a atuação nociva de políticos populistas que buscavam ampliar seu eleitorado, aproveitando-se de greves trabalhistas e aumentando salários inconsequentemente.

Segundo Longo (1981), faltavam instituições políticas capazes de unir o Brasil. O Congresso tinha um fraco desempenho como órgão capaz de estabilizar o país e se expandiam as alianças partidárias desagregadoras. Desse modo, tal cenário promoveu a desconfiança do povo no regime político e, principalmente, em seus representantes. Além disso, os governantes de esquerda demonstravam interesse em impor dificuldades aos integrantes das Forças Armadas, reduzindo-lhes a capacidade de atuação e carreando problemas à Segurança Nacional. Tais dificuldades se materializaram na tentativa de desestruturar a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas, cooptando militares (sobretudo sargentos, cabos e soldados) para sua causa.

A corrupção desenfreada era também outro fator importante no contexto brasileiro no início dos anos 1960. Os governos eram acusados de administrar mal os recursos, prejudicando o desenvolvimento da nação e corroendo os princípios morais da administração pública. Além disso, a atuação dos comunistas nos meios estudantis e nos órgãos governamentais promovia agitação social, greves e violência. O clima geral era de desordem e indisciplina na população (LIMA, 2008).

Verificaram-se tentativas de polarização dos militares realizadas sistematicamente, ameaçando a integridade institucional e o caráter apartidário de tais instituições. Políticos assediaram sargentos e cabos, com o objetivo de dominar as Forças Armadas pela base, quebrando a hierarquia e a disciplina, pilares fundamentais dessas instituições. O governo do presidente João Goulart (1961-1964) politizou os parâmetros de promoção, degradando os critérios profissionais e buscando montar um dispositivo militar favorável.

Como antecedente dos governos militares, é relevante relatar o histórico político de João Goulart. Advogado de formação e cunhado de Leonel de Moura Brizola, tido como um dos principais líderes subversivos do país, segundo Braga (2011), Goulart, também conhecido por Jango, havia sido ministro do Trabalho de

Getúlio Dornelles Vargas em 1953 e ficou conhecido pelo aumento em 100% do salário mínimo, comprometendo entidades empresariais. Jango foi eleito vice-presidente de Juscelino (1956-1961) e Jânio Quadros (1961). Era considerado um presidente de esquerda, revolucionário e com forte afinidade com o Partido Comunista Brasileiro.

No campo internacional, o governo de João Goulart afastou-se dos EUA, principal parceiro econômico brasileiro à época. Jango recusou-se a apoiar uma intervenção militar em Cuba, sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1962 (Crise dos Mísseis). Além disso, Brizola, governador do Rio Grande do Sul, confiscou uma empresa telefônica norte-americana, e teve o aval do presidente João Goulart. Este fato trouxe grande prejuízo ao país, pois os EUA deixaram de apoiar o Brasil financeiramente após este episódio (BANDEIRA, 2001).

Além desses dois partidos, a esquerda brasileira também era composta por outras organizações no início da década de 1960. As Ligas Camponesas mobilizavam as massas rurais em torno de seu líder, o deputado Francisco Julião. A Ação Popular (AP) incitava jovens estudantes à luta armada, em ação conjunta com a União Nacional dos Estudantes (UNE). Existiam também a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), cujos objetivos eram criar o caos e tomar o poder oportunamente.

Foi neste cenário de greves, agitação social, corrupção, desconfiança nos governantes e com influência comunista que a população brasileira clamou aos militares para atuarem.

1.1 PROBLEMA

Diante do contexto histórico apresentado, verifica-se que as Forças Armadas, sobretudo o Exército Brasileiro, atuaram como protagonistas no cenário político nacional de 1964 a 1985. Depois deste período, uma corrente de pensadores vem tentando reeditar fatos e reescrever a história sob outro enfoque, levantando questionamento sobre a atuação do Exército Brasileiro no referido período. Diante desse cenário sensível, esta pesquisa se depara com o seguinte problema:

Quais foram as manifestações de legalidade e legitimidade durante a

ascensão dos militares ao poder (1964 a 1967)?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 **Objetivo Geral**

Quais foram as manifestações de legalidade e legitimidade durante a ascensão dos militares ao poder? Para responder esse problema de estudo, este trabalho formula o seguinte objetivo geral:

Verificar quais foram as manifestações de legalidade e legitimidade por ocasião da ascensão dos militares no cenário político do Brasil de 1964 a 1967.

1.2.2 **Objetivos específicos**

A fim de viabilizar o atingimento do objetivo geral deste trabalho, foram elaborados alguns objetivos específicos que devem ser alcançados para permitir o sequenciamento lógico do raciocínio apresentado neste estudo. Sob este enfoque, os objetivos específicos são elencados em seguida:

- a. Apresentar os principais fatos históricos ocorridos no Brasil de 1960 a 1964.
- b. Apresentar as manifestações de legitimidade durante o governo de Castello Branco (1964 a 1967).
- c. Apresentar as manifestações de legalidade durante o governo de Castello Branco (1964 a 1967).

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

Com o intuito de responder ao problema e atendendo aos objetivos no escopo deste trabalho, e de modo a avaliar a legitimidade e a legalidade das ações do Exército, foram elaboradas as questões de estudo abaixo:

Q1: Qual foi o contexto histórico da ascensão dos militares em 1964?

Q2: Como se manifestou a legalidade no governo de Castello Branco?

Q3: Como se manifestou a legitimidade no governo de Castello Branco?

1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A primeira metade dos anos 1960 foi um período de grandes movimentações políticas que culminou com a ascensão dos militares ao poder em 1964, com Castello Branco presidindo a República de 1964 a 1967. Este período representou um marco importante na história do Brasil. Foi nesta época que o Brasil sinalizou para o mundo sob qual viés ideológico escolheu seguir – o capitalismo.

Há algumas correntes históricas que tentam reescrever a história sob outro enfoque, não sendo fiéis ao contexto histórico ao qual o Brasil estava submetido. Este trabalho é relevante sob o aspecto que tenta trazer à tona a rivalidade existente entre essas duas correntes (a oficial e a reeditada). Este trabalho estimula que se amplie o debate acerca do tema, de forma a incitar novas pesquisas.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa está baseada nos fatos históricos ocorridos de 1960 a 1967, restringindo-se aos de natureza política diretamente relacionados ao chefe do poder executivo e que tiveram reflexos nos destinos da nação. Ademais, foram consultados documentos oficiais de natureza jurídica com o objetivo de contribuir para o debate e estimular novas pesquisas sobre o assunto.

1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A grande contribuição desta pesquisa é estimular o debate sobre um período da história do Brasil que suscita controvérsias e radicalismos ideológicos de diversos matizes até os dias atuais. Espera-se trazer à tona aspectos políticos relevantes do referido período histórico e caracterizar a legalidade e a legitimidade.

Este estudo se justifica pela disparidade existente entre autores sobre a narrativa histórica. Esta pesquisa pode trazer contribuições por se tratar de levantamento de alguns fatos e enquadrá-los em aspectos legais e legítimos. O desafio que se apresenta ao autor é traçar uma relação entre fatos e aspectos legais/legítimos. Não

há intenção de reescrever a história, muito menos tomar partido diante das correntes ideológicas que são envolvidas.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa está classificada, quanto aos meios de investigação, como bibliográfica; e quanto aos fins, é uma pesquisa explicativa, seguindo a taxonomia

de Vergara (2009). Explicativa, porque tem como principal objetivo compreender os fenômenos estudados, explicando os principais motivos e o “porquê” dos fatos. Bibliográfica, porque se baseia em análise de documentos, *sites* na internet, jornais, revistas e material publicado em livros. Dessa forma, esse trabalho discorre sobre os fatos que ocorreram no Brasil entre 1960 e 1967, analisando a legitimidade e a legalidade dos fatos ocorridos neste período.

O trabalho foi pautado nos passos do Manual Escolar Trabalhos Acadêmicos na ECEME (BRASIL, 2017), conforme descrito abaixo:

- levantamento da bibliografia e de documentos pertinentes;
- seleção da bibliografia e dos documentos;
- leitura da bibliografia e dos documentos selecionados, dando ênfase aos fatos ocorridos no Brasil de 1960 a 1967;
- montagem de arquivos: ocasião em que foram elaboradas as fichas bibliográficas de citações, resumos e análises - análise crítica, tabulação das informações obtidas e consolidação das questões de estudo;
- exame prévio da bibliografia sobre o tema, para que fosse possível adquirir conhecimento tácito sobre o mesmo;
- estudo do Manual de Metodologia da Pesquisa Científica, organizado por Eduardo Borba Neves e Clayton Amaral Domingues; e
- consulta a noticiários e artigos de jornais e revistas, além da rede mundial de computadores, a fim ampliar a gama de conhecimentos.

Por fim, foi apresentado um quadro resumo com os principais fatos ocorridos e seus reflexos.

2.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa é, quanto à abordagem, qualitativa, haja vista que se baseou em relatos, análises de documentos e entrevistas para entender o período histórico em questão. Seu viés também é descritivo, buscando descrever esse fenômeno o mais livre possível de ideologias.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo pesquisado neste trabalho são todos os fatos históricos ocorridos no período de estudo (1960-1967). É evidente que nem todos os fatos estão registrados ou documentados para fins de reprodução e discussão, por isso, é necessário um esforço para se diversificar e ampliar as fontes de consulta de forma a estender ao máximo a percepção sobre o tema.

A amostra é do tipo não-probabilística, classificada por tipicidade, ou seja, é constituída pela seleção de elementos que o pesquisador considere representativos do universo (fatos que estejam diretamente relacionados com o chefe do executivo do período em questão). Nesse viés, este pesquisador privilegiou aqueles fatos mais significativos no cenário político brasileiro.

2.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa na literatura e em documentos. A coleta literária se baseou em fontes abertas ao público em geral (livros, artigos, anais de congressos, teses, dissertações, jornais e internet), por meio das quais foram levantados os fatos de maior relevância no cenário nacional. A pesquisa documental levou em conta documentos não publicados, como relatórios, circulares e regulamentos internos, através dos quais foram levantados os aspectos legais e legítimos acerca do tema. Esta pesquisa focou mais especificamente nas constituições de 1946 e 1967, nos regulamentos internos do Exército e nos documentos oficiais do período.

As conclusões decorrentes das pesquisas bibliográfica e documental permitiram entender as diferentes correntes históricas sobre o assunto, buscando uma narrativa mais isenta possível de ideologias.

2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Em decorrência da natureza do problema dessa pesquisa e do perfil desse pesquisador, o tratamento de dados foi realizado por meio da historiografia, visando ao resgate dos acontecimentos e das atividades humanas ao longo do tempo,

desvendando e compreendendo as mudanças, as contradições e as tendências da realidade social.

2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

No intuito de se antecipar a algumas críticas a esta pesquisa, este pesquisador evidencia algumas limitações dos métodos escolhidos. Por mais que se busque o distanciamento do autor, as pesquisas qualitativas sempre carregam um grau de subjetividade, o que implicou em vigilante atenção por parte do autor. Devido ao grande lapso temporal existente entre 1960 e os dias atuais (quase oitenta anos), é difícil de se reproduzir em parágrafos o contexto sob o qual estava inserido o Brasil, mesmo porque muitos fatos ocorreram sem serem registrados em documentos oficiais no contexto da Guerra Fria (1945 a 1991).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho baseou-se nos conceitos de legitimidade e legalidade adotados por Max Weber (1963) e Bonavides (2001), respectivamente.

Legalidade é um juízo de valor jurídico que indica se é ou não contrário às leis,

seja expressamente ou implicitamente. Se diz que um governo é legal quando forem cumpridas as regras em vigor, ou seja, o poder estatal deverá atuar sempre de conformidade com as regras jurídicas vigentes. Dessa forma, o poder legal representa, por consequência, o poder em harmonia com os princípios jurídicos, que servem de esteio à ordem estatal. O conceito de legalidade se situa assim num domínio exclusivamente técnico e jurídico (BONAVIDES, 2001).

Conforme Bonavides (2001), o princípio de legalidade nasceu do anseio de estabelecer na sociedade humana regras permanentes e válidas, que fossem racionais, e pudessem proteger os indivíduos de condutas arbitrárias por parte dos governantes. A legalidade nos sistemas políticos exprime basicamente a observância das leis, em consonância estrita com o direito estabelecido. A legalidade supõe a liberdade das instituições e dos atos da autoridade, que devem estar em conformidade com os preceitos jurídicos vigentes e respeitar a hierarquia das normas, cuja lei máxima e superior é a Constituição.

Legitimidade é, em [ciência política](#), um termo que define a qualidade de um governo ser conforme um [mandato](#) ético-legal. Em outras palavras, é o conceito com o qual se julga a capacidade de um determinado [poder](#) para conseguir obediência sem necessidade de recorrer à coerção, que supõe a ameaça da força, de tal forma que um Estado é legítimo se existe um [consenso](#) entre os membros da comunidade política para aceitar a autoridade vigente. Legitimidade tem a ver com a aceitação de um povo em relação a seu representante. Se diz que um governo é legítimo se seu povo se sente representado (WEBER, 1963).

Todos os poderes dominantes são construídos buscando-se a base da legitimidade pretendida pelo poder dominante. As ordens são dadas de forma impessoal, e não em nome da autoridade pessoal. A emissão de uma ordem constitui a obediência a uma norma, e não uma liberdade, um favor ou privilégio. A autoridade é a detentora do poder de mandar, jamais o exerce por direito próprio. Ela o conserva como um depositário da instituição compulsória e impessoal. Essa instituição é constituída de padrões específicos de vida e normatizada segundo regras. Seu padrão de vida conjunto é governado pelos regulamentos. As associações modernas, acima de tudo as políticas, são do tipo de autoridade legal, ou seja, a legitimidade do detentor do poder de dar ordens baseia-se em regras estabelecidas racionalmente por decretação, acordo ou imposição. A legitimação desses resultados baseia-se, por sua vez, numa Constituição racionalmente

decretada ou interpretada.

4 CONTEXTO HISTÓRICO

4.1 ELEIÇÕES DE 1960

As eleições de 1960 contaram com os seguintes candidatos: Marechal Teixeira Lott (representando a situação, apoiado pelo então presidente Juscelino Kubitschek), Adhemar de Barros (ex-governador de São Paulo) e Jânio Quadros (então governador de São Paulo, prometendo o combate à corrupção). A Constituição de 1946, em vigor à época, permitia que a eleição para presidente e vice-presidente ocorressem de forma separada.

Sendo assim, Jânio Quadros se elegeu presidente com 48% dos votos válidos e, como vice, foi eleito João Goulart (então vice-presidente de Juscelino), que tinha o apoio do presidente, considerado, portanto, opositor de Jânio Quadros. Este, por sua vez, foi eleito com um discurso altamente crítico à gestão da dupla Juscelino-João Goulart.

4.2 RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS

Jânio Quadros assumiu a presidência do Brasil com o discurso de acabar com a corrupção. Acentuou a política externa independente, cujo objetivo era relacionar-se com todos os Estados, independentemente de sua ideologia política. Dessa forma, aproximou-se da URSS e da China, demonstrando uma política externa pouco convencional em 1961.

Jânio quebrou outros paradigmas de sua época: nomeou Raimundo de Souza Dantas para a embaixada de Gana, primeiro embaixador negro do Brasil; defendeu a política de autodeterminação dos povos, condenando as intervenções dos Estados Unidos, sobretudo a invasão da Baía dos Porcos (Cuba); condecorou Che Guevara (líder revolucionário comunista na América Latina) com uma das mais honrosas medalhas – Ordem do Cruzeiro do Sul. Nesse contexto, Jânio Quadros levantou suspeitas sobre suas intenções, afastando-se de seus aliados e irritando a oposição.

Após sete meses de mandato, Jânio apresentou uma carta de renúncia em 25 de agosto de 1961, acusando “forças ocultas” contra o seu governo que o forçaram a renunciar. Carlos Lacerda, jornalista e governador da Guanabara à época, foi considerado o principal opositor ao governo de Jânio. Nesse viés, o Brasil entrou em um período de instabilidade política.

4.3 PARLAMENTARISMO

João Goulart, vice-presidente em 1961, não conseguiu assumir o poder imediatamente após a renúncia de Jânio Quadros, pois se encontrava em viagem oficial à China (país de regime comunista). O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência do Brasil e os ministros militares [Odílio Denys](#) (Exército), [Gabriel Grun Moss](#) (Aeronáutica) e [Sílvio Heck](#) (Marinha) tentaram impedir a posse de João Goulart, alegando que o mesmo possuía tendências comunistas. Dessa forma, o Congresso Nacional aprovou, em menos de oito dias, o sistema parlamentarista por meio de uma emenda constitucional, condição para que os militares aceitassem a posse de Jango.

O parlamentarismo de 1961 teve como principal característica a redução dos poderes do presidente, que não podia decretar leis, não elaborava o plano orçamentário e nem ditava a política externa do Brasil, dentre outras limitações. Essa mesma emenda constitucional previa a execução de um plebiscito em início de 1965, para definir o futuro desse sistema de governo. No entanto, os aliados de João Goulart no Congresso Nacional conseguiram antecipar o plebiscito para 1963. Percebe-se que o início dos anos 1960 foi um período de significativas transformações no cenário político brasileiro.

4.4 O PRESIDENCIALISMO DE JOÃO GOULART

O plebiscito foi realizado em 6 de janeiro de 1963 e o presidencialismo venceu com 82% dos votos. No campo político, Jango tinha como principal opositor o governador da Guanabara (estado que existiu de 1960 a 1975, que corresponde à atual cidade do Rio de Janeiro) Carlos Lacerda, da UDN (União Democrática Nacional). Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, também foi considerado um opositor a João Goulart desde que criticou abertamente a posição do presidente por ocasião do plebiscito. O seu principal aliado e conselheiro era seu cunhado Brizola, governador do Rio Grande do Sul, radical comunista declarado (LAMPERT, 2010).

João Goulart adotou medidas vacilantes durante seu governo, gerando seu descrédito perante a comunidade internacional, com reflexos na economia. Ele

conquistou a oposição de vários setores da sociedade, como empresários, políticos, Igreja Católica, classe média e militares. Houve infiltração comunista no governo, a ponto de alguns, como Luiz Carlos Prestes, afirmarem que o comunismo já estava no poder. Havia medo generalizado e incerteza quanto ao futuro do Brasil. Segundo Lima (2008), João Goulart tentava desencadear uma revolução socialista no país.

4.5 POLITIZAÇÃO DOS MILITARES

A partir de 1963, aumentou significativamente a participação política dos praças das Forças Armadas (sargentos, cabos e soldados). Eles tentaram concorrer a cargos no Legislativo, o que foi proibido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), baseado na Constituição de 1946. Os praças não aceitaram a decisão do STF, rebelando-se em Brasília. Alguns oficiais das Forças Armadas, o ministro do Supremo Tribunal Federal Vítor Nunes Leal e o presidente da Câmara dos Deputados Clovis Mota foram detidos pelos revoltosos e levados para a Base Aérea de Brasília. Tais ações revelam significativo envolvimento de militares na vida política.

A revolta dos praças, majoritariamente formada por membros da Marinha e da Aeronáutica, foi debelada pelo Exército e os revoltosos foram presos. Contudo, o presidente João Goulart evitou posicionar-se sobre o tema, evitando perder o apoio de praças e não incitar autoridades militares contra seu governo.

No dia 25 de março de 1964, doze dias após o comício na Central do Brasil, alguns marinheiros amotinaram-se na sede do sindicato dos metalúrgicos (bairro de Triagem) recusando-se a cumprir ordens superiores. Essa rebelião teve início em 1962, ano em que foi fundada a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), contrariando os regulamentos militares. Em setembro de 1963, o presidente da AMFNB, José Anselmo dos Santos, em seu discurso de posse, criticou severamente autoridades da Marinha, sendo punido pelo Ministro daquela Força.

A agitação prosseguiu e os marinheiros exigiam a substituição do ministro da Marinha e a anulação das punições decretadas a membros da AMFNB. O ministro demitiu o Almirante Aragão, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais (simpático aos marinheiros revoltosos) e determinou a um contingente de fuzileiros navais que acabasse com a insubordinação; entretanto, membros desse contingente se

juntaram aos amotinados. A indisciplina tornou-se generalizada, com focos em navios e no Ministério da Marinha. Tropas do Exército foram mobilizadas para debelar o movimento e, antes de um confronto, João Goulart se pronunciou, ordenando que os marinheiros voltassem a seus quartéis, dando-lhes garantia de que não seriam punidos. Além disso, reverteu a demissão do Almirante Aragão e nomeou outro ministro da Marinha, já que o atual havia pedido demissão diante do pronunciamento do presidente.

Oficiais da Marinha ficaram contrariados com as declarações do Presidente João Goulart. Militares do Exército se solidarizaram e a eles se juntaram também dezenas de parlamentares e a imprensa. Muitos segmentos da sociedade passaram a agir depois que o presidente se pronunciou na Central do Brasil, pois perceberam a intenção de Jango de fazer a sua revolução.

A Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro comemorou seu aniversário no Automóvel Clube no dia 30 de março de 1964 e convidou o presidente para participar. Lá estavam dezenas de comunistas do PCB que se confraternizavam com militares, dentre eles o Almirante Aragão, Cabo Anselmo e diversos praças. Sucederam-se discursos atentatórios à hierarquia e à disciplina. O ponto alto do evento foi o pronunciamento de Jango: motivado pela calorosa plateia, o presidente apoiou os discursos que o antecederam, prometendo as reformas de base e acusando seus adversários, incluindo militares, de estarem sendo apoiados por outros países. A televisão mostrou tudo em transmissão “ao vivo”, o que contribuiu para repercutir nacionalmente aquele evento.

4.6 PLANO REVOLUCIONÁRIO DE JOÃO GOULART

Em fevereiro de 1964, Jango declarou que os comandos militares e os sargentos estavam inteiramente afinados com ele. Segundo o livro “ORVIL” (MACIEL e NASCIMENTO, 2012), Goulart não pretendia realizar as próximas eleições. A direita, liderada por Lacerda e a esquerda extremista, liderada por Brizola, eram as forças políticas que ameaçavam o presidente.

Segundo o jornalista Samuel Wainer, no plano de Goulart constavam as seguintes ações: enviar mensagem ao Congresso, pedindo reformas na Constituição que, caso fossem negadas, o fariam dissolver o Congresso; caso esse esquema

falhasse, o presidente ameaçaria renunciar, justificando que estaria impossibilitado de realizar reformas populares; seria realizada uma série de comícios anunciando reformas populistas para concentrar força a fim de conseguir impor suas ações com apoio popular. Nesse viés, suspeitava-se de um golpe tramado por João Goulart com características populistas.

4.7 O COMÍCIO DE 13 DE MARÇO DE 1964

Cerca de 200 mil pessoas concentraram-se na tarde de 13 de março de 1964, nas proximidades da estação Central do Brasil (próxima à antiga sede do Ministério da Guerra). Na sua fala, o presidente anunciou reformas e prometeu 48 horas de prazo para que o Congresso revisasse a Constituição e possibilitasse as reformas (tributária, eleitoral e agrária).

Dentre as principais medidas anunciadas, estavam: a desapropriação de terras subutilizadas, a concessão de votos aos analfabetos e a praças militares e o tabelamento dos aluguéis. Nesse sentido, João Goulart convocava a população para mudanças, incitando o país para seu plano revolucionário e confirmando as suspeitas sobre tal plano.

Esse comício confirmou a aliança de João Goulart com o movimento sindical e que, a partir dali, as ações do presidente seriam exclusivamente em prol de partidos de esquerda. Horas antes deste evento, o chefe do poder executivo assinara dois decretos. O primeiro deles desapropriara terras numa faixa de 10 km às margens de rodovias, ferrovias e barragens. O segundo, estatizara cinco refinarias de petróleo que operavam no país.

O ambiente do comício era tenso e não contava com o apoio da polícia da Guanabara, já que o governador era seu rival Carlos Lacerda. A segurança do evento teve que ser feita pelo Exército, que mobilizou carros de combate e seis metralhadoras nas imediações do palanque. Havia a possibilidade de um atentado a tiro contra João Goulart, por isso coube ao sindicalista Oswaldo Pacheco a missão de realizar a segurança pessoal do presidente para inibir tal atentado.

4.8 SITUAÇÃO DO GOVERNO GOULART

No campo econômico, a inflação brasileira em 1964 estava em 91% e as metas

junto ao FMI já não podiam mais ser cumpridas, sendo impossível ao Brasil tomar novos empréstimos externos. O medo de confisco e estatização afugentava os investimentos externos. Diante da impossibilidade de cumprir com suas promessas econômicas, Jango tentou mobilizar a população em favor de reformas de base de caráter populista (PUJOL, 2004).

No campo social, a educação sofria com a evasão escolar: a cada 1.000 alunos matriculados no Primário (atual Ensino Fundamental – 1ª Fase), apenas 18,1% chegavam à 4ª série e 1,1% concluíam o curso superior. Além disso, 40% da população acima de 15 anos era analfabeta.

Para seus seguidores, Goulart dava voz aos trabalhadores do campo que estavam sendo assassinados pelos latifundiários em conflitos pela terra. O Nordeste estava faminto e sedento e prestes a desencadear uma revolução social no campo. As reivindicações políticas de seus seguidores concentravam-se na ampliação do direito de voto para analfabetos e na reforma agrária. Jango queria consolidar o capitalismo sob um viés diferente até então. Ele tentava reduzir as desigualdades no campo, enfraquecendo os latifundiários que detinham os currais eleitorais. Goulart contava com elevado apoio popular, contudo as classes trabalhadoras nada fizeram para evitar a derrubada do governo (TOLEDO, 2004).

Em 1964, o Brasil enfrentava ações de movimentos anarco-sindicalistas e marxistas que ameaçavam o estado democrático de direito. João Goulart, após assumir o poder, realizou uma série de ações em apoio aos manifestantes, potencializando a desordem (LOUZADA, 2009, p. 17).

Havia uma articulação que unia alguns setores da sociedade (jornais, empresariado, clero, partidos de direita, latifundiários e parcela significativa de militares) contra a esquerda revolucionária. Eles defendiam a propriedade privada e estavam temerosos com o avanço das forças populares lideradas por Jango e seu partido. As reformas de base anunciadas por João Goulart romperiam com a estabilidade capitalista em vigor, prejudicando diretamente os grandes proprietários de terra. Segundo Netto (2014), foi executado um arrocho salarial contra os trabalhadores para a multiplicação dos lucros capitalistas.

4.9 AS LIGAS CAMPONESAS DE FRANCISCO JULIÃO

As Ligas Camponesas, movimento de luta pela reforma agrária iniciado nos

anos 1950, sob a liderança do advogado e deputado Francisco Julião, realizaram seu primeiro congresso em 1961, reivindicando a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas aos homens do campo. As reformas de base realizadas no governo de João Goulart fortaleceram as ideias de Julião.

O governador de Pernambuco eleito em 1962, Miguel Arraes, deu significativo apoio às Ligas Camponesas, forçando os usineiros e donos de engenho da Zona da Mata de seu estado a pagarem salário mínimo a trabalhadores rurais. Arraes era considerado uma forte aliança a João Goulart e um dos responsáveis pelo fortalecimento do movimento.

As Ligas Camponesas estiveram intimamente ligadas aos partidos comunistas e sonhavam com a reforma agrária nos moldes da revolução cubana. Esse pensamento ia de encontro ao respeito à propriedade privada, ideal pregado pelos partidos de direita. Nesse sentido, as Ligas Camponesas pregavam a ocupação de propriedades, contrariando a lei e prejudicando a ordem em vigor.

4.10 ÚLTIMOS MOMENTOS DO GOVERNO GOULART

Segundo Reis Filho (2014), o que ocorreu em 1964 foi um golpe para reforçar a hegemonia do capital internacional no Brasil e isso só foi possível graças à união de diversos setores sociais e políticos contra Goulart. Banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos, magistrados e a classe média motivaram as Forças Armadas, também simpáticas às ideias capitalistas, que perceberam uma unidade inimaginável contra Goulart. Essa classe média achou que seus privilégios seriam afetados pelo processo radical de distribuição de renda promovido por João Goulart.

Diante deste cenário político caótico, Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, emitiu uma circular em 20 de março de 1964, declarando que as medidas de João Goulart ameaçavam a segurança nacional. Era o início da reação militar aos fatos ocorridos naquele ano. Em 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho reuniu tropas em Belo Horizonte e se dirigiu ao Rio de Janeiro. João Goulart deixou a sede do governo em Brasília e o chefe do Poder Legislativo, senador Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente da República, nomeando o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, como o mandatário do país.

Às 22 horas de 1º de abril, João Goulart deixou a capital Brasília rumo a Porto Alegre e de lá fugiu para o Uruguai. Às 03:35 horas do dia 02 de abril, o presidente do Congresso declarou vaga a presidência, nomeando o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, como presidente da República (FARIA, 2015).

João Goulart chegou ao Uruguai em 4 de abril, sem manifestar qualquer resistência. Ele estava mais preocupado com sua segurança pessoal e percebeu que não era mais possível resistir pela força (AUGUSTO, 2001). Weber (2008) escreveu que Brizola criticou severamente seu cunhado por não resistir à perda do seu mandato e continuou planejando ações violentas para a retomada do poder apenas para os outros, nunca para ele, que permanecia seguro no Uruguai.

Castello Branco assumiu a presidência no dia 11 de abril, sendo eleito pelo Congresso Nacional, e governou o Brasil até 15 de março de 1967. Castello foi o primeiro dos cinco militares que presidiram o país após 1964. Esse período foi chamado de período militar, pelos sucessivos militares que estiveram no poder.

Castello Branco era legalista e teve o apoio dos principais governadores. Apresentava-se como estadista, tinha ideais democráticos e defendia eleições livres e diretas em 3 de outubro de 1965, conforme calendário previsto. Segundo D'Aguiar (1976), Castello discursou por ocasião de sua posse prometendo entregar o cargo em 31 de janeiro de 1966 e seu discurso foi marcado também pela preocupação com a pressão que vinha do segmento da "linha dura" da revolução.

Barros (2007) afirma que o período de permanência dos militares no poder foi confuso, em que pese Castello Branco haver demonstrado com suas medidas que essa transição seria rápida. O regime foi, aos poucos, demonstrando que o processo seria longo e a defesa da Constituição de 1946 serviu de argumento inicial. Contudo, com a Constituição de 1967 e, posteriormente, com o AI-5, o governo militar tomou configuração de estado autoritário com discurso de defesa da Segurança Nacional.

Durante o governo de Castello Branco, ocorreram diversas manifestações contrárias a seu governo. Segundo Villa (2014), a esquerda estava fracionada em grupos e cada um tinha seu projeto de tomada do poder. O Grupo dos Onze, instrumento de luta armada liderado por Brizola, tinha muita simpatia de militares de baixa patente (sargentos e cabos). Esta organização tinha por objetivo trazer para o alinhamento ideológico do nacionalismo revolucionário combatentes com experiência para se contrapor ao regime militar opressivo.

5 MANIFESTAÇÃO DA LEGALIDADE

O mandato de João Goulart estava previsto para terminar em 31 de janeiro de

1966 (mandato iniciado por Jânio Quadros em 31 janeiro de 1961). Este havia renunciado em agosto de 1961 e aquele abandonou o cargo em abril de 1964. Ou seja, ainda havia quase dois anos de mandato presidencial.

Após a queda de João Goulart, os comunistas não desistiram de lutar pelo poder. O PCB, considerado uma linha radical, continuava com sua atuação ditada por Prestes e Carlos Marighella. O PC do B, linha revolucionária, atuava sob a liderança de seus líderes Guillardini e José Maria Cavalcante. A POLOP (Política Operária) tentava implantar a guerrilha de Copacabana e Brizola articulava a Operação Pintassilgo, de caráter revanchista. O PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista) realizava ligações com movimentos no nordeste do país e com Brizola. Esses movimentos dificultaram o estabelecimento da ordem democrática. Tal ação dos comunistas revela a complexidade do cenário que se apresentava para Castello Branco.

O setor estudantil foi o alvo preferido pela doutrinação comunista, devido a seu idealismo típico de jovens com desejo de se afirmar no mundo. As instituições de ensino brasileiras já vinham recebendo recursos e doutrinação comunista desde o início do século XX. Na sede da UNE foram encontrados impressos e filmes promocionais da União Soviética e de Cuba; isso explica porque aquela entidade se reestruturou com tanta rapidez após 1964, mesmo na clandestinidade.

Havia preocupação da retomada das pressões sobre o governo militar. As declarações de Brizola numa reunião no Uruguai refletem o plano da esquerda de retomada do poder. Mir (1994) retratou que Brizola planejava realizar a articulação com oficiais e sargentos cassados e preparar uma insurreição militar contra os que estavam no poder.

Dessa forma, viu-se a necessidade de se criar um dispositivo que permitisse a manutenção do controle sobre a esquerda e chegou-se a uma solução: editar um Ato Institucional. Isso foi realizado no dia 10 de abril, cassando mandatos de 40 parlamentares, mantendo a constituição de 1946 em vigor, sem radicalizar, limitando-se apenas a modificá-la no que se referisse aos poderes do presidente para restaurar a ordem, o vigor econômico e conter os comunistas. Este Ato foi editado sem número, quando o presidente do Brasil ainda era o deputado Ranieri Mazzilli, pois se acreditava ser o único necessário, até porque havia previsão de eleições para outubro de 1965; portanto, se acreditava que em alguns meses o Brasil retomaria a ordem (WEBER, 2008).

O Ato Institucional foi a primeira manifestação da legalidade em 1964, dentro das normas legais em vigor à época, preceito primordial da legalidade, segundo Weber. Este Ato foi realizado dentro das normas constitucionais e com o objetivo de conter o avanço dos ideais comunistas, restabelecendo a ordem. Ressalta-se que o Exército Brasileiro era a única instituição forte e suficiente para garantir tal situação.

O Art 79, § 1º, da Constituição de 1946 previa que o presidente da Câmara dos Deputados deveria assumir o cargo de Presidente da República no caso de vacância do mesmo. Dessa forma, o deputado Ranieri Mazzilli exerceu o cargo de chefe do poder Executivo de 02 a 15 de abril de 1964.

O AI-1 determinava que o governo militar poderia cassar mandatos, suspender os direitos políticos (por dez anos) ou afastar do serviço público todo aquele que pudesse ameaçar a segurança do país. Além disso, convocou eleições indiretas para presidente, que governaria até 1966, ano em que terminaria o mandato de João Goulart. Em abril daquele mesmo ano, o AI-1 anulou cargos e direitos políticos de 102 políticos e funcionários. Através dessas ações, o AI-1 desorganizou o cenário político nacional: figuras de destaque nacional, como Jânio Quadros, João Goulart, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, perderam seus direitos políticos.

Na eleição indireta ocorrida em 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional decidiu entre os seguintes candidatos: Castello Branco, Eurico Gaspar Dutra e Juarez Távora. Castello foi eleito com 361 votos, cerca de 98% dos votos do Congresso e era considerado um militar da vertente moderada das Forças Armadas e se elegeu com o apoio da parcela mais conservadora da UDN (União Democrática Nacional), dos militares, da igreja e da classe média. Castello exercia o cargo de Chefe do Estado - Maior do Exército e tinha alinhamento ideológico com os Estados Unidos.

A segunda manifestação de legalidade foi a eleição de Castello Branco, que seguindo o que previa o artigo 79 da Constituição de 1946, foi eleito de forma indireta pelo Congresso Nacional, dada a vacância do Presidente e do Vice-presidente da República. A ascensão de Castello Branco em 15 de abril de 1964 ocorreu conforme o Art 79, § 2º da Constituição de 1946, que previa eleições indiretas no caso de vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República; além disso, os eleitos deveriam completar o período de seus antecessores. Nesse sentido, Castello Branco assumiu com a previsão de eleições diretas para 3 de outubro de 1965, eleição que definiria o próximo presidente e os

governadores dos estados a partir de 31 de janeiro de 1966.

Em julho de 1964, após três meses de governo, Castello aceitou a prorrogação de seu mandato para março de 1967 (mais 14 meses do que estava previsto – 31 de janeiro de 1966). Isso ocorreu devido à pressão de seus colegas da linha dura que alegavam precisar de mais tempo para tirar do poder políticos corruptos e subversivos e conseguir resultados mais sólidos das medidas econômicas adotadas. Nesse contexto, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que prorrogava o mandato presidencial até 15 de março de 1967 (com eleição indireta prevista para novembro de 1966).

A terceira manifestação da legalidade foi a ampliação do seu mandato para mais 14 meses pelo Congresso Nacional. A finalidade era dar mais tempo para que Castello conseguisse completar suas medidas de controle do avanço comunista no Brasil e prosseguir com seu plano de governo.

Castello adotou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com o objetivo de sanear a economia por meio de corte nos gastos públicos (arrocho salarial) e aumento de impostos. Essas medidas ajustaram os índices econômicos, contudo geraram desgaste no primeiro ano de governo, cujo reflexo foi sentido na eleição para governador em 3 de outubro de 1965, com a eleição de diversos governadores ideologicamente contrários aos militares.

Os avanços no campo econômico ocorreram, através do arrocho salarial, aumento da carga tributária, restrição ao crédito nacional, entrada de capital internacional, iniciando um processo de grande concentração de renda. No campo, as medidas de Castello Branco, conhecidas como o Estatuto da Terra (Lei 4.504) promoveram êxodo rural, inchando as áreas urbanas (MORAES, 2000, P.178).

Tais eleições foram um importante indicador para o prosseguimento do regime militar. Alguns governadores eleitos não foram reconhecidos por seus opositores, gerando conflitos na sucessão em alguns estados importantes, como a Guanabara e Minas Gerais. Castello Branco propôs algumas medidas ao Congresso na semana seguinte a estas eleições, na tentativa de superar a crise e empossar os governadores eleitos. Contudo, o Congresso se recusou a votá-las em tempo hábil. Para contornar a crise política que se instaurou, Castello decretou o Ato Institucional número 2 (AI-2), em 27 de outubro de 1965, implantando algumas mudanças, com destaque para: dissolução de todos os partidos políticos e autorização do funcionamento de apenas dois: ARENA (situação) e MDB (oposição), aumento do

número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16 membros e instituição da eleição indireta para presidente.

A quarta manifestação de legalidade ocorreu com o decreto do AI-2, dentro do rol de poderes do presidente. Castello Branco decretou o AI-2 seguindo preceitos legais em vigor, com a finalidade de conter a oposição insatisfeita com suas medidas de recuperação econômica, necessárias ao país.

Castello Branco tentou valer-se o mínimo possível dos poderes excepcionais que o AI-2 outorgava, aplicando-o em doses pequenas e em casos específicos. Isso tumultuou ainda mais a normalidade política, na medida em que Castello dava liberdade de ação a alguns grupos que lutavam pelo poder incansavelmente. Foi o que ocorreu em 1966: 3 atentados a bomba em Recife em 31 de março, ataques a bomba à Assembleia Legislativa de Recife em maio e atentados ao aeroporto de Guararapes em julho. Isso resultou em duas mortes e mais de dez feridos (dentre eles uma criança), iniciando o terrorismo no Brasil. Ocorreram também ataques a bomba em Santos (no Cine Itajubá), em São Paulo (na Faculdade do Largo de São Francisco), e havia fortes indícios de sabotagem num choque de trens na Baixada Fluminense, com 35 mortes.

De 3 a 15 de janeiro de 1966, em Havana, Cuba, realizou-se a I Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, conhecida como a “Tricontinental”, com a participação de representantes comunistas de 82 países, dentre eles, 27 latino-americanos. O Brasil se fez representar por uma delegação indicada por Brizola e outros comunistas. A tônica deste evento foi a defesa do comunismo pela luta armada. Um dia após o término da Tricontinental, a delegação dos 27 países latino-americanos reuniu-se e criou a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), cujo objetivo era coordenar e estimular a luta contra o imperialismo norte-americano. Isso aumentou a ameaça de conflito entre grupos ideológicos no Brasil, levando o governo a adotar medidas mais severas para manter a segurança no país.

Nesse sentido, Castello Branco edita o Ato Institucional número 3 (AI-3), em 5 de fevereiro de 1966, definindo que as eleições para governadores e vice-governadores seriam realizadas de forma indireta, cabendo às Assembleias estaduais definir quem ocuparia tais cargos. Ressalta-se que o presidente da República detinha poderes para tal, amparados pelo AI-2 e que eram necessárias algumas medidas extraordinárias, haja vista que os comunistas recrudesceram a

luta pelo poder.

A quinta manifestação de legalidade se deu com o AI-3, seguindo o previsto em lei e amparado pelo Supremo Tribunal Federal. Tal medida teve o objetivo de reduzir as ações terroristas que se iniciaram no país após a I Conferência em Havana.

Os comunistas não desistiram: em 20 de maio de 1966, ocorreu uma reunião de um grupo militar de apoio aos comunistas na casa do ex-almirante Aragão em Montevideu. Nessa ocasião, foi formado o MRMN (Movimento de Resistência Militar Nacionalista), cujo objetivo era desencadear uma série de atentados terroristas contra alvos ligados aos interesses norte-americanos no Brasil. Em 15 de junho daquele mesmo ano, João Goulart reuniu-se com membros da MRMN e prometeu auxílio financeiro ao movimento.

Em 21 de outubro de 1966, o MRMN executou um atentado a bomba contra o monumento do Barão do Rio Branco em Montevideu. Ademais, o serviço de inteligência do governo federal levantou diversas articulações que estavam sendo feitas pelos comunistas. Dentre as principais articulações, destacaram-se a Conferência em Cuba, o aprimoramento das ações do PCB e do PC do B e a criação do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), sob a liderança de Brizola.

Nesse contexto, alguns militares que atuaram ativamente no contexto dos governos militares se afastaram de Castello por ambicionarem poderes políticos, ou por não terem sido atendidos nas suas expectativas na caserna. Nesse sentido, Castello perdeu apoio e não conseguiu eleger seu sucessor de preferência nas eleições previstas para 3 de outubro de 1966.

O movimento comunista de reação ao governo de Castello Branco estava crescendo. Ademais, os Atos Institucionais promoviam um caráter de exceção ao governo federal e desgastavam a imagem do chefe do Executivo. Castello Branco precisava de uma nova Carta Magna, aprovada pelo Congresso Nacional, mais adequada à realidade. Dessa forma, Castello editou o Ato Institucional número 4 (AI-4) em 12 de dezembro de 1966, cujo objetivo foi convocar o Congresso Nacional para discutir e promulgar uma nova Constituição. Essa Carta materializou o último ato de Castello Branco em seu governo, entrando em vigor em 15 de março de 1967, mesma data em que assumiu o novo presidente da República, General Costa e Silva.

A sexta manifestação da legalidade do governo de Castello Branco foi o AI-4,

que também seguiu os preceitos legais que vigoravam à época. O objetivo do AI-4 era estudar uma nova constituição que se adequasse à realidade pela qual o Brasil passava.

O novo presidente, considerado ideologicamente alinhado com a “linha dura”, foi eleito pelo Congresso Nacional representando a chapa da ARENA. Não houve representante do MDB e isso fez com que Costa e Silva se elegeisse com 294 votos (houve 41 abstenções).

Pode-se concluir parcialmente que as manifestações de legalidade elencadas neste trabalho estão de acordo com o conceito apresentado por Weber e Bonavides, que, segundo eles, um governo legal é aquele em que se cumprem as regras em vigor. Nesse sentido, essas manifestações de legalidade estavam previstas em preceitos legais, a maioria delas na Carta Magna do Brasil.

6 MANIFESTAÇÃO DA LEGITIMIDADE

6.1 APOIO DOS EMPRESÁRIOS

A posse de João Goulart trouxe incertezas ao país, que se refletiram na economia. Esse clima de insegurança foi sentido de forma acentuada pelos empresários, cujo principal temor eram as estatizações que Jango prometia fazer. Esse clima de insegurança resultou em uma série de encontros de empresários no Rio de Janeiro e em São Paulo. Fruto dessas reuniões, surgiu o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) em novembro de 1961, como uma organização apartidária com objetivos educacionais e cívicos.

O foco do IPES era defender a frágil democracia nacional, garantindo que Jango terminasse seu mandato. Para tanto, concentrou suas atividades na distribuição de folhetos e livros, e na realização de palestras sobre liberdade e democracia. O instituto expandiu suas atividades e, no final de 1962, houve uma mudança de atitude de alguns de seus membros. As ações do governo fizeram com que membros do IPES tomassem atitudes mais efetivas, tais como procurar novas ligações e maneiras mais diretas de se manifestar contra o estado de coisas que se verificava no país. Dentre tais ligações, está a aproximação com o jornal “O Estado de São Paulo”, importante veículo de comunicação de massa à época.

Os empresários estavam unidos em torno da evolução econômica do Brasil. Eles defendiam a livre iniciativa do capital e eram contrários ao aumento exagerado do salário dos trabalhadores e às estatizações que Jango prometia. A ANFAVEA (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores) e a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) foram exemplos de importantes entidades empresariais que lutaram para manter o avanço do capitalismo no país e o combate às ideias comunistas de Jango, pedindo aos militares que tomassem alguma providência diante dos fatos ocorridos.

Logo que assumiu a presidência, Castello tratou de estabelecer um canal de comunicação com os principais representantes da indústria no país, por meio do qual, o governo foi mostrando as metas do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) e conquistando a confiança do setor. O primeiro grande desafio do governo de Castello foi conter a inflação, por isso precisou cortar a disponibilidade

de crédito. Mesmo sabendo que isso prejudicava sobremaneira o setor industrial, os empresários declararam seu apoio ao governo, sabendo que tal medida era necessária para o retorno do crescimento da economia.

Outra medida necessária para conter a inflação, foi o arrocho salarial adotado por Castello. Nesse sentido, o setor industrial apoiou incondicionalmente o PAEG. Além disso, a reforma tributária levada a cabo pela equipe econômica não agradou os empresários, pois houve aumento das alíquotas, impactando sobremaneira o setor industrial. Apesar disso, os empresários declararam seu apoio, pois confiavam no governo e entendiam as necessidades de tais medidas.

O apoio dos empresários foi fundamental para que Castello Branco conseguisse LEGITIMAR suas ações econômicas. A aceitação de medidas que iam de encontro aos interesses do empresariado, fortaleceu o governo e ajudou na melhoria dos índices econômicos.

Dessa forma, a legitimidade do governo de Castello Branco foi materializada pelo apoio de empresas tais como a Listas Telefônicas Brasileiras, Light, Cruzeiro do Sul, Refinaria e Exploração de Petróleo União e Icomi, que se uniram em torno do IPES. Esse apoio se deu por meio de propagandas em revistas, cursos, palestras e filmes. Empresários, grandes industriais defendiam a livre iniciativa, o capital e, por isso se uniram em torno de Castello Branco que projetava um Brasil mais avançado, contrário ao comunismo.

6.2 APOIO DE POLÍTICOS

Os governadores de MG, SP e Guanabara, respectivamente Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, principais centros políticos do país, foram a principal oposição a João Goulart até 1962. A partir deste ano, formou-se no Congresso um bloco partidário denominado ADP (Ação Democrática Parlamentar), com cerca de 200 parlamentares, cujo principal objetivo era opor-se às ideias de João Goulart, que buscava apoiar-se nas repercussões alcançadas junto à opinião pública. A ADP rebateu várias propostas de Jango e apresentou dezenas de projetos técnicos de reformas, fundamentadas em princípios democráticos. Diferentemente, Jango tentava impor suas reformas “na marra”, aproveitando-se do calor popular conquistado em discursos de forte comoção e com ideias populistas, sem fundamento e apoio no Congresso.

O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, disse em um de seus pronunciamentos que Jango estimulou o conflito entre militares “(...) jogando marinheiro contra soldado(...)”, o que não era admissível. Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, afirmou que o movimento contra João Goulart era legal e restaurador da ordem, pois o presidente estava promovendo a discórdia entre classes. O governador de São Paulo era mais direto, ao dizer que Goulart bolchevizou a família brasileira, mandando mais de 11 mil estudantes paulistas fazerem cursos na URSS. O senador Juscelino Kubitschek, pretendo candidato à presidência da República expressou: “(...) saúdo a nossa gente pela restauração da paz, com a disciplina e a hierarquia restauradas nas Forças Armadas (...) O perigo comunista estava em comandos administrativos”.

Foi neste cenário político conturbado que o General Castello Branco, sem vínculo partidário, contou com mais de 98% do apoio do Congresso Nacional. Tal feito materializa a legitimidade de Castello junto aos representantes do povo no Congresso.

As principais medidas tomadas por Castello Branco foram a aproximação com os EUA e o afastamento de Cuba, estabelecimento de eleições indiretas para governador e presidente da República, incentivo às exportações e ampliação do crédito ao consumidor.

Castello Branco contou com o apoio de diversos políticos durante seu governo. Os mais destacados foram Adhemar de Barros, governador de São Paulo, Ildo Menegatti (RS), Fernando Costa (MT), Nei Braga (PR), Virgílio Távora (CE) e o governador goiano Mauro Borges (PSD). Além disso, contou com o apoio de figuras importantes à época: Roberto Campos, João Paulo dos Reis Veloso, Mario Henrique Simonsen, Delfim Netto, Carlos Medeiros, Gama e Silva, Francisco Campos e Leitão de Abreu.

6.3 APOIO DA IMPRENSA

A imprensa apoiou em massa as ações em defesa da democracia nos anos 1960, legitimando a luta contra o comunismo. Destacaram-se nesse sentido “O Estado de São Paulo”, “Jornal da Tarde”, Rádio Eldorado, TVs Record e Paulista, “Correio Paulistano”, “A Tribuna da Imprensa”, “O Globo” e “Jornal do Brasil”. Além

disso, foi constituída a Rede da Democracia no rádio, que reunia mais de 700 estações de rádios que transmitiam no mesmo momento em que Brizola declamava seu programa revolucionário.

Os editoriais passaram a exigir diretamente que os militares agissem para impedir o avanço do comunismo, materializado pelos comícios realizados pelo presidente João Goulart. O “Diário de Notícias” escreveu que “se o presidente, autoridade suprema do Executivo, se opõe à Constituição, condena o regime e se recusa a obedecer às leis, ele perde o direito de ser obedecido”.

A manchete do jornal “O Globo”, de 29 de março de 1965 evidenciou o apoio da imprensa:

“O Brasil salvou a América Latina e o Mundo livre de terrível ameaça.”

“Maravilhoso Exemplo de um Povo que se Livrou da Ditadura Comunista”.

As ações no governo de Castello Branco foram apoiadas pela imprensa que não aprovava os atos terroristas que eram desencadeados no país. As principais mídias da época apoiaram Castello Branco, dentre elas, destacaram-se: Folha de SP, o Estado de SP, Jornal do Brasil, O Globo e Correio da Manhã. Roberto Marinho, do jornal O Globo, era um grande entusiasta do governo militar: “salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos. Este não foi um momento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais”.

Esse apoio de jornais e revistas materializa a legitimidade do governo de Castello Branco.

6.4 APOIO DE OUTRAS INSTITUIÇÕES

Houve reação contra as tentativas do avanço do comunismo em diversos setores. No meio sindical, surgiu o MSD (Movimento Sindical Democrático) com recursos de empresas privadas, que ministrava cursos aos trabalhadores e buscava também defender ideias democráticas. A Federação de Círculos Trabalhadores Cristãos, que chegou a se instalar em 17 estados, oferecia assistência médica, odontológica, jurídica e hospitalar.

Os padres criaram o serviço de orientação rural em Pernambuco, de

doutrinação cristã no campo, oferecia alfabetização e orientava os sindicatos de trabalhadores rurais. A Fraterna Amizade foi outra entidade que surgiu nos anos 1960, cujo objetivo era orientar e esclarecer o trabalhador rural contra a doutrinação ideológica comunista.

Na área educacional, o GAP (Grupo de Atuação Política) tinha por objetivo formar uma corrente de oposição à UNE, levando aos estudantes argumentos contrários à doutrinação comunista que aquela entidade tentava instalar. A maior contribuição do GAP foi a publicação do livro “UNE – instrumento de subversão”, cuja autora foi a estudante Sônia Seganfredo, que expunha a infiltração comunista nas universidades. Apesar de todos os esforços, a educação foi o setor de maior penetração comunista no Brasil.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), criada em 1951, sofreu significativa reestruturação em 1965: 27 cursos atingiram o nível de mestrado e 11 de doutorado, totalizando 38 cursos qualificados no país, marca nunca antes atingida. Castello Branco formulou planos para o desenvolvimento nacional por meio do Programa Estratégico de Governo que, no campo educacional, procedeu a reforma universitária, a consolidação do regulamento da pós-graduação e a reforma do ensino fundamental. Castello aumentou o orçamento da CAPES e atribuiu-lhe a missão de melhorar a qualificação dos alunos em todo o país.

Este apoio de outras instituições prosseguiu durante todo o governo de Castello Branco materializando a legitimidade deste presidente militar.

6.5 APOIO DAS MULHERES

Em 1954, surgiu o MAF (Movimento de Arregimentação Feminina) e ele atuava contra o alto custo de vida e a falta de instrução cívica nas escolas públicas. Com o risco de implantação do comunismo, o MAF passou a atuar na mobilização em favor da democracia. A partir de 1962, outros organismos semelhantes ao MAF surgiram em diversos estados. A UCF (União Cívica Feminina), em São Paulo, contava com uma rede de núcleos em diversas cidades e realizava palestras e cursos de conscientização em prol da democracia. Análogo à UCF, em 1962 surgiu a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) no Rio de Janeiro, cujo esforço se

concentrava nas donas de casa e esposas de funcionários públicos, de militares e de líderes sindicais, pregando ideias anticomunistas.

No dia 19 de março de 1964, dia do padroeiro da Família, as mulheres de São Paulo organizaram a “ Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em resposta ao comício da Central do Brasil, realizado no dia 13 de março, seis dias antes. Estimou-se que mais de 800 mil pessoas foram às ruas de São Paulo naquele dia para se posicionar contra o comunismo.

No dia 2 de abril de 1964, data em que foi declarado vago o cargo de presidente da República, mais de um milhão de pessoas, de todas as classes sociais, encheram as ruas e praças do centro do Rio de Janeiro para comemorar o feito. Foi o maior evento popular do país até então. Faixas repudiavam o comunismo, havia chuva de papel picado e a imprensa transmitia o evento para diversas partes do Brasil. Isso favoreceu a ocorrência de manifestações também em praticamente todas as capitais. Essas manifestações serviram para mostrar aos comunistas que, em caso de tentativa de tomada do poder, o povo resistiria.

As mulheres trabalhavam às claras, faziam comícios, protestavam em eventos comunistas e pressionavam empresas que faziam propagandas contrárias à democracia. Desse modo, as mulheres foram as principais responsáveis pela mobilização popular de combate ao comunismo.

A principal figura feminina que se ergueu neste período foi Amélia Molina Bastos, que reuniu vizinhas e amigas e desencadeou o processo de multiplicação de mulheres em salões e casas de família apoiando até o final do governo de Castello Branco. Tal apoio evidencia a legitimidade de Castello Branco no meio feminino.

Pode-se inferir, de modo parcial, que as manifestações de legitimidade levantadas neste estudo estão de acordo com o conceito apresentado por Weber e Bonavides, que, segundo eles, um governo legítimo é aquele em que um povo aceita seu representante. Não foi possível mensurar a legitimidade de Castello por meio do voto direto popular, já que a Constituição de 1946 previa eleição indireta no caso da vacância do presidente e de seu vice. Nesse sentido, o apoio de membros da comunidade (empresários, políticos, mulheres, imprensa e outras instituições) materializaram a legitimidade do governo de Castello Branco.

7 CONCLUSÃO

Este trabalho baseou-se nos conceitos de legitimidade e legalidade adotados por Max Weber (1963) e Bonavides (2001), respectivamente. Legalidade é um juízo de valor jurídico que indica se é ou não contrário às leis, seja expressamente ou implicitamente. Dessa forma, o poder legal representa, por consequência, o poder em harmonia com os princípios jurídicos, que servem de esteio à ordem estatal (BONAVIDES, 2001). Legitimidade é, em [ciência política](#), um termo que define a qualidade de um governo ser conforme um [mandato](#) ético-legal. Legitimidade tem a ver com a aceitação de um povo em relação a seu representante. Se diz que um governo é legítimo se seu povo se sente representado (WEBER, 1963).

O governo de João Goulart já foi complicado desde seu início. A renúncia de Jânio Quadros levou incertezas ao setor político brasileiro, sobretudo quando o presidente deixou uma carta em que se dizia vítima de forças ocultas. João Goulart assumiu sob o sistema parlamentarista e depois venceu o plebiscito, conseguindo implantar suas ações de governo dentro de um sistema presidencialista.

João Goulart era encarado com muita desconfiança por diversos setores da sociedade. No entanto, seu governo tinha tudo para chegar ao final, haja vista que foi um presidente eleito pelo povo e dentro dos princípios constitucionais. Além disso, embora existisse um grupo dentro das Forças Armadas contrário a Jango, a grande maioria era legalista e queria que se cumprisse incondicionalmente a Constituição.

As reformas que Jango tentou implantar eram necessárias e até justas, em sua maioria. Contudo, Goulart tentou implantá-las sem o apoio do Congresso, optando pela mobilização das massas. Não conseguiu conter o radicalismo, permitindo que a desordem ultrapassasse o limite tolerável. Tal desordem atingiu as Forças Armadas, forçando alguns chefes militares a tomar algumas atitudes antes que o caos do governo se impregnasse também nas Forças Armadas.

Havia uma suposta sensação de apoio popular aos ideais comunistas. Suposta porque houve manipulação das massas por intermédio dos discursos populistas do presidente (técnica aprendida com os soviéticos). Jango queria implantar a revolução comunista mesmo sem aprovação do Congresso. Foi neste cenário de

incertezas que as Forças Armadas foram conclamadas a atuar para garantir a ordem e evitar uma revolução comunista desejada por um grupo de políticos.

Quanto à legalidade, conclui-se que o AI-1, foi um dispositivo adotado pelo presidente do Congresso (poucos dias antes da assunção de Castello) para afastar do cenário político militantes comunistas. Tal medida tinha por objetivo pacificar o cenário político brasileiro sob o viés capitalista, escolha feita pela maioria dos representantes do povo no Congresso.

A ascensão de Castello Branco ocorreu seguindo-se os preceitos legais previstos na Constituição de 1946. Constatada a vacância do cargo de presidente da República, o Congresso elegeu Castello Branco, cuja aceitação foi superior a 98% dos deputados presentes.

O AI-2 foi outro dispositivo legal criado pelo chefe do Executivo devido ao caráter extraordinário por que passava o país. As eleições para governadores acirraram a disputa pelo poder e serviu de articulação política para o retorno dos comunistas ao poder. A principal mudança ocorrida com o AI-2 foi o bipartidarismo. Portanto, o AI-2 foi necessário e seguiu prerrogativas que o Presidente da República tinha para manter a ordem.

O AI-3 estava amparado pelo AI-2 e foi outra medida necessária devido aos atentados terroristas cometidos por comunistas. A principal alteração promovida pelo AI-3 foi a eleição de governadores de forma indireta, evitando a manipulação do povo. O governo federal não nomeava os governadores. Eles eram eleitos pelas assembleias estaduais, portanto mantendo o estado democrático de direito sem o voto direto para governadores,

O AI-4 serviu para convocar o Congresso Nacional para estudar a nova Constituição, já que a situação por que passava o país era bem diferente da realidade de 1946 (ano da última Constituição). Tal ação foi legal e contou com a participação do Congresso para elaboração da Constituição de 1967, mais voltada para a realidade da época.

Percebe-se que o governo Castello Branco foi marcado por diversas manifestações de legalidade. O recrudescimento ocorrido à época foi REAÇÃO aos comunistas que insistiam em tomar o poder

Castello Branco contou com apoio de parte significativa da população (empresários, mulheres, militares, imprensa, políticos) o que materializou a legitimidade de seu governo. É evidente que as medidas adotadas para proteger a

nação da influência soviética deixaram alguns setores da sociedade descontentes, pois restringiram a liberdade individual. Contudo, tratavam-se de medidas necessárias para se evitar ataques terroristas e outras ações de luta armada.

Para fazer a análise do governo de Castello Branco, é necessário levar em consideração a realidade da disputa ideológica que existia no contexto da Guerra Fria. Não se pode julgar atos do passado usando conceitos e/ou normas atuais. Dessa forma, pode-se concluir que o Governo de Castello Branco foi LEGÍTIMO e LEGAL.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, João Gustavo Barbosa de. **A participação dos militares brasileiros na política nacional após a 2ª Guerra Mundial. Influências dessa participação no movimento cívico-militar de 31 de março de 1964, destacando a atuação do Marechal Castello Branco.** Dissertação. ECEME. Rio de Janeiro. 2011

ALMEIDA JUNIOR, Idunalvo Mariano de. **O caso haitiano: a legalidade e a legitimidade da atuação do Brasil e suas implicações jurídicas.** 2016. Rio de Janeiro.

ALVES, Valkir Pinheiro. **Movimentos Revolucionários no Brasil do século presente.** 1965. Trabalho individual. Nota de Instrução nº 5, jun 1965. ECEME. Rio de Janeiro.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A grande mentira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. 478p

BANDEIRA, Luiz Alberto M.. **O governo João Goulart- as lutas sociais no Brasil: 1961-1964.** Brasília: Editora UnB, 2001.

BARROS, Cesar Mangolin de. **A ditadura militar no Brasil: processo sentido e desdobramentos.** 2007. Disponível em <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/cesar-mangolin-de-barros-a-ditadura-militar-no-brasil-2011.pdf>. Acesso em 13/03/18.

BIANCHI, Alvaro. **O conceito de Estado em Max Weber.** 2014. Rede de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal.

_____. **O conceito de estado em Max Weber.** Lua Nova [en linha] 2014, (Maio-Agosto) : [Data de consulta: 15 de março de 2018] Disponível

em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67332418004>>ISSN 0102-6445

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª Ed., São Paulo: Malheiros Editores. 2001.

BRAGA, Sudário Rios, 2011. **Movimento de 1964: um estudo sobre as intenções da esquerda revolucionária no Brasil**. TCC. Rio de Janeiro.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

D'AGUIAR, Hernani. **A Revolução por Dentro**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1976.

FARIA, Durland Puppim de. **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015. 392p.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**, Vol. 1. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Cia da Letras, 2002. [ISBN 978-85-359-0277-8](https://www.isbn.br/978-85-359-0277-8).

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 4ed. São Paulo: Ática, 1990.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMPERT, João Luiz de Araújo. **Articulação Política do Movimento de 31 de Março de 1964**. 2010.

LIMA, Ladislau Boaventura. **31 de março de 1964: imposição da força ou execução da vontade nacional?** TCC ECEME. Rio de Janeiro, 2008.

LONGO, Marco Antônio. **Resultados dos movimentos político-militares no Brasil República**. ECEME 1981.

LOUZADA, Claudio Pellegrini. **O Movimento Democrático de 1964 e o combate à**

Ação Libertadora Nacional: vitória da democracia. TCC. Rio de Janeiro, 2009.

MACIEL, Lício . NASCIMENTO, José Conegundes do. **Orvil - Tentativas de Tomada do Poder.** São Paulo. Ed Shoba. 2012.

MENDONÇA, Cláudio. **População brasileira: crescimento, fecundidade e outros dados demográficos.** 31/07/2005. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/populacao-brasileira-crescimento-fecundidade-e-outros-dados-demograficos.htm>. Acesso em 04/03/2018.

MIR, Luís, **A Revolução Impossível.** São Paulo: Best Seller, 1994.

MORAES, João Quartim de. DEL ROIO, Marcos. **História do marxismo no Brasil.** Vol 4. Campinas: Ed Unicamp, 2000.

NETTO. J.P. **Pequena história da ditadura militar brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.

PUJOL, Edson Leal. **A Revolução de 31 de Março de 1964: Uma Análise Comparativa dos Indicadores Econômicos e Sociais Brasileiros de 1956 a 1998.** TCC. ECEME. Rio de Janeiro, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** Editora Unesp. 1993.

SCHMITT, Karl. **Legalidade e Legitimidade.** Ed Del Rey. Belo Horizonte. 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castello a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Roberto de Abreu. **No espelho do tempo: meio século de política.** São Paulo: Best Seller, 1995.

TEIXEIRA, Fabio de Melo Torres. **O Exército Brasileiro do Estado Novo à Revolução Democrática de 1964: evolução histórica de sua profissionalização.** TCC ECEME Rio de Janeiro. 2012.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia.** Revista Brasileira de História, Vol 24, Nr 47. São Paulo. 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada - A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça.** Editora Ser, Brasília-DF, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 287 p., il. Bibliografia: p. 269-287. ISBN: 978-85-224-4999-6.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985 A democracia golpeada à esquerda e à direita.** Ed Leya Brasil. 2014.

WEBER, Max. 1963.**Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar.

WEBER, Neidir. **O ambiente político-econômico e social brasileiro (1961-1966): análise das causas que levaram à Revolução Democrática.** TCC. ECEME 2008.

